

Arquivos pessoais como fonte para perpetuar a memória

Raquel Siegel Barcellos¹
Daniel Flores²

Resumo

No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande recebeu a doação do acervo pessoal da ambientalista, pesquisadora e educadora Maria Judith Zuzarte Cortesão. No ano de 2006, através do Edital 1/2005 do Ministério do Meio Ambiente foi criada a então Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão da FURG com o objetivo de abrigar o acervo da professora, bem como atender as especificações do edital. O acervo doado pode ser classificado em acervo documental e acervo bibliográfico no qual somente o que tange o acervo bibliográfico recebeu tratamento, estando ele organizado, descrito e disponível para a consulta pública na base de dados Argo. Tendo em vista o contexto apresentado o trabalho destina-se a realizar uma reflexão interdisciplinar, correlacionando as contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as práticas de tratamento documental de acervos pessoais, de forma que sejam utilizados procedimentos apropriados para a organização, descrição, preservação, difusão e acesso do acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão de forma a perpetuar sua memória.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio documental. Arquivo pessoal.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro dos grupos de pesquisa CNPqUFSM: Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos (GED/A) e Patrimônio Documental Arquivístico (PDA). Bibliotecária do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (SiB/FURG). Email: barcellossraquel@gmail.com

²Doutor em Metodologías y Líneas de Investigación en Biblioteconomía y Documentación pela Universidad de Salamanca (USal). Professor Adjunto do Departamento de Documentação e do Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Líder dos grupos de pesquisa CNPqUFSM: Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos (GED/A) e Patrimônio Documental Arquivístico (PDA). E-mail: danielflores.arquivologia@gmail.com

Introdução

No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG recebeu a doação do acervo pessoal da ambientalista, pesquisadora e educadora Maria Judith Zuzarte Cortesão. No ano de 2006, através do Edital 1/2005 do Ministério do Meio Ambiente foi criada a então Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão da FURG com o objetivo de abrigar o acervo da professora, bem como atender as especificações do edital. O acervo doado pode ser classificado em acervo documental e acervo bibliográfico no qual somente o que tange o acervo bibliográfico recebeu tratamento, estando ele organizado, descrito e disponível para a consulta pública na base de dados Argo. Já o acervo documental não havia recebido nenhum tipo de tratamento, permanecendo ao longo dos anos indisponível para acesso, impossibilitando o uso do mesmo como fonte de pesquisa para investigadores. Tendo em vista o contexto apresentado o trabalho destina-se a realizar uma reflexão interdisciplinar, correlacionando as contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as práticas de tratamento documental de acervos pessoais, de forma que sejam utilizados procedimentos apropriados para a organização, descrição, preservação, difusão e acesso do acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão de forma a perpetuar a memória. As etapas que fizeram parte do desenvolvimento desse estudo correspondem à elaboração do referencial teórico; diagnóstico situacional do acervo acumulado por Judith Cortesão, doado para a FURG; contextualização e identificação dos tipos documentais do acervo; organização e elaboração de um quadro de arranjo; preparação e digitalização do acervo; definição e implementação de uma plataforma de descrição, difusão e acesso público online ao acervo; elaboração do instrumento eletrônico de pesquisa; e análise dos dados obtidos durante a realização da pesquisa. Nesse sentido, os arquivos pessoais são considerados arquivos e colaboram para a salvaguarda do patrimônio documental, uma vez que são gerados a partir das atividades de indivíduos ao longo de suas vidas sem objetivo histórico ou cultural, porém adquirem valor testemunhal se lhes atribuído significado social e cultural. Os arquivos pessoais consolidando-se como um produtivo campo de pesquisa, são únicos e tornam-se relevantes fontes de informação para diferentes áreas do conhecimento. A pesquisa empreendida visa sim disponibilizar e proporcionar visibilidade a todo o conjunto documental doado para FURG possibilitando que lhe seja atribuído outros valores, além do valor que culminou em sua origem.

Capítulo I – Abordagem interdisciplinar: o encontro entre a Biblioteconomia e a Arquivologia para o tratamento dos arquivos pessoais

Arquivos, bibliotecas e museus institucionais possuem os objetivos convergentes de recolher, tratar, transferir e difundir informações de materiais diversos através de mecanismos técnicos distintos, conforme evidenciado por Bellotto (2006). Faz-se necessária à construção de bases sólidas de informação para o alcance desses objetivos perante os arquivos de coleções formados quase que em sua totalidade por documentos originais, conhecidos como fontes primárias bem como aos conjuntos de documentos diversos de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópias que estão reunidos sob critérios que envolvem o valor histórico e informativo referente a temas ou períodos da história.

Os centros de documentação nas universidades estão crescendo com o intuito de trazer para perto dos pesquisadores o material necessário para o desenvolvimento de sua pesquisa. Neste sentido, as universidades unem esforços para participar e contribuir com a preservação da memória nacional ou regional conforme as demandas e necessidades de desenvolvimento sejam elas de cunho científico, tecnológico, cultural e social. As universidades acumulam extensas e importantes fontes de informação no que tange a produção acadêmica e também seus acervos arquivísticos, assim, busca-se intensificar o fluxo de informações da instituição de maneira a atender as necessidades de seus usuários sejam eles internos e/ ou externos.

Considerando a importância das fontes de informação no âmbito institucional e também tendo como base não negligenciar conceitos da área da Biblioteconomia quanto da área da Arquivologia torna-se imprescindível defender uma abordagem interdisciplinar de maneira agregar seus referencias e métodos para o tratamento documental, sendo a gestão integrada uma estratégia de colaboração que proporciona benefícios aos usuários.

Japiassu e Marcondes (2003, p. 150) alertam sobre a importância de não confundir a interdisciplinaridade com a “multi- ou pluridisciplinariedade” que representam o agrupamento de duas ou mais disciplinas que não possuem relação entre si, com objetivos múltiplos, porém com certa cooperação mas sem coordenação num nível superior. Etimologicamente, interdisciplinaridade significa, no seu sentido amplo a relação entre as disciplinas. Para Tavares (2008, p. 136) “A interdisciplinaridade não é um caminho de homogeneidade, mas de heterogeneidade. Por isso, um dos principais pressupostos para se caminhar interdisciplinarmente é o diálogo”.

Neste contexto, compreende-se que é necessário preservar as especificidades das áreas de Biblioteconomia e Arquivologia e respeitar os limites de atuação profissional. Segundo

Schellenberg (2006, p. 50) “Acentuar as diferenças entre as duas profissões não é, naturalmente, ignorar os setores em que há contribuições recíprocas”. As duas são ciências voltadas para os acervos e para as técnicas de processamento dos mesmos, custodiados pelas instituições, e no âmbito dos acervos, “os bibliotecários e os arquivistas compartilham o objetivo comum de torna-los acessíveis o mais eficaz e economicamente possível” (SCHELLENBERG, 2006, p. 50).

De acordo com Smit (2003), autor da expressão “3 Marias”³ tanto arquivos quanto bibliotecas são mediadoras de informações, as instituições custodiam informações, as organizam produzindo informação documentária, e tanto a quanto a Arquivologia servem à sociedade no que tange a recuperação da informação certa na hora certa para o autor tanto os profissionais de arquivos quanto os de bibliotecas são responsáveis pela ligação entre informações e usuários “[...] nem um nem outro detém o poder, ambos concorrem para tornar a informação acessível e, desta maneira, contribuir para a melhoria da condição humana” (SMIT, 2003, Não paginado).

Além disso, Santos, Luz e Aguiar (2016) destacam também a diferença no processo de aquisição de acervos biblioteconômicos e arquivísticos, em uma biblioteca, os documentos do acervo são adquiridos por compra ou doação e também por permuta, este último não foi citado pelos autores, a partir de uma política de acervo enquanto que nos arquivos, os documentos são resultado da acumulação natural no decurso de atividades administrativas ou profissionais (arquivos institucionais) ou individuais (arquivos pessoais), embora algumas instituições já trabalhem com a aquisição de arquivos pessoais para o enriquecimento de suas coleções.

Nesse panorama, fica evidente que o conjunto de atividades voltadas para o tratamento da informação recebe designações distintas nas duas instituições. Segundo Almeida (2016, p. 166) na Biblioteconomia o conjunto de atividades chamado de processamento técnico ou de tratamento da informação envolve a catalogação,

³ Expressão que procura atingir uma simplificação didática sobre a Biblioteconomia, a Arquivologia e também sobre a Museologia, identificando cada categoria profissional como uma Maria. (SMIT, 2003, Não paginado)

a classificação e a indexação do material, já nos arquivos utiliza-se de termos como inventário, arranjo, descrição e classificação para identificar o conjunto de atividades desenvolvidas. As duas instituições “são igualmente antigas e ligadas ao surgimento dos suportes escritos do conhecimento humano” (ARAÚJO, 2011, p. 117).

As tendências contemporâneas em Biblioteconomia estão voltadas para pesquisas sobre mediação bibliotecária; competência informacional e sobre as bibliotecas digitais e em no cerne da Arquivologia, realizam-se estudos sobre a arquivística integrada; arquivos como construções sociais e também sobre os arquivos pessoais (ARAÚJO, 2011, p. 126). Ainda de acordo com Araújo (2011) ambas as instituições nasceram para conservar e guardar documentos. Ao longo dos séculos foram desenvolvidas técnicas e procedimentos de organização e recuperação dos documentos e em tempos mais recentes, o aprimoramento das técnicas é para tornar seus conteúdos acessíveis. Nesse sentido, é necessário buscar os pontos convergentes nas atividades de tratamento da informação, porém respeitando as peculiaridades de cada instituição para que não haja prejuízo de conteúdo.

A evolução da tecnologia da informação vem reformulando as instituições. Segundo Souza (2012, p. 225) há necessidade que os profissionais da informação acompanhem os avanços tecnológicos de forma que sejam “capazes de adaptar ou migrar serviços convencionais ao novo meio e gerar novos serviços e produtos de informação”. Tanto a Biblioteconomia quanto a Arquivologia vislumbram o diálogo entre cultura, sociedade e informação, com seus estudos voltados para a produção, organização e utilização da informação as duas instituições propõem-se em interagir com as novas formas de produção do conhecimento bem como com a disseminação desse trabalho interconecto.

Segundo Almeida (2016) sem o trabalho interdisciplinar entre as bibliotecas, arquivos e também museus não se conseguem criar e desenvolver projetos de informação consistentes. Considerando essa afirmativa, o diálogo entre Biblioteconomia e Arquivologia precisa existir e se fortalecer mutuamente, porém deve prevalecer o respeito dos saberes particulares “O que não é tarefa fácil, na medida em que são áreas com conformações, às vezes, próximas, outras vezes bastante distintas” (RAMOS, 2013, p.19). O ponto de convergência entre as duas disciplinas é a informação e a intenção que se tem em torna-la acessível ao usuário, não é a função nem tão pouco são as técnicas adotadas ou a função que as tornam convergentes. Nesse sentido é possível elucidar que para a biblioteca o que importa é o conteúdo do documento já para o arquivo o que importa é a atividade que da origem a ele.

De acordo com Bellotto (1997) os trabalhos desenvolvidos em arquivos pessoais são interdisciplinares por excelência, por apresentarem infinitas abordagens e olhares, segundo a autora até então não haviam estudos voltados para à sua existência, rastreamento, organização e divulgação. Hoje o cenário é bem outro os arquivos pessoais são tidos como objetos de pesquisa bem como fontes de informação. Nessa perspectiva, instituições públicas e/ou privadas demonstram interesse em recolher, organizar, tratar e disponibilizar os documentos de origem privada. Ainda segundo Bellotto (1997) a soma de visões interdisciplinares contribui para melhor fundamentar a organização dos documentos pessoais, sem que se percam de vista os princípios básicos da Arquivologia.

O tratamento documental de acervos pessoais consiste nas práticas, adotadas pelas entidades custodiadoras, para conservação e organização dos documentos bem como torna-los acessíveis ao grande público. O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005, p. 138) relaciona o tratamento documental com o processamento técnico, sendo esta a “expressão utilizada para indicar as atividades de identificação, classificação, arranjo e conservação de arquivos. Também chamado processamento arquivístico, tratamento arquivístico ou tratamento técnico”.

Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012), em seu livro, escreve um capítulo intitulado “Arquivos pessoais são arquivos” na qual assinala que os documentos que instituem os arquivos pessoais proporcionam as cinco características dos documentos de arquivo são elas: autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade.

É possível através da escrita de Duranti (1994) compreender cada uma das cinco características. A autenticidade corresponde aos documentos que são autênticos porque são criados, mantidos e conservados de acordo com as regras do seu produtor; a imparcialidade diz respeito à inerência e veracidade dos registros, tendo por finalidade proteger os documentos contra a manipulação ilegítima ou a destruição; Duranti (1994, p. 52) trata em seu artigo a organicidade como inter-relacionamento que leva em consideração as relações estruturais, ou seja, “os documentos são ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência [...]”; a naturalidade refere-se à maneira como os documentos são produzidos e acumulados naturalmente em decorrência das atividades desenvolvidas pelo seu titular; e a unicidade decorre do fato de que cada registro documental conserva seu caráter único, levando em consideração o contexto em que foi produzido. Ainda

que existam cópias de um registro em um mesmo grupo ou em outros grupos este se manterá único enquanto registro documental.

As cinco características aqui apresentadas por Duranti (1994) assumem o papel de guia no que refere o tratamento dos arquivos. Nesse sentido, conjunto documental de arquivos pessoais deve receber tratamento arquivístico bem como os recebidos em arquivos de documentos oriundos das atividades administrativas de uma instituição pública ou privada. Para o reconhecimento dos arquivos pessoais como arquivos Camargo e Goulart (2007, p. 43) evidenciam que é preciso antes de tudo entendê-los enquanto ‘conjuntos solidários e orgânicos’. Segundo Faben e Silva (2016, p. 599) “Para ser considerado documento de arquivo, o que importa não é sua natureza, suporte, formato, dimensões e linguagem, mas sim o contexto, o caráter de ser testemunho de atividades desempenhadas”. Para tanto, faz-se necessária a busca pelo conhecimento da função do documento, a ligação que o mesmo exerce sobre o conjunto documental a qual pertence.

Conforme Ana Célia Rodrigues aponta em sua tese de doutorado, (2008, p. 21) “todo trabalho arquivístico deve ser baseado na realidade documental” nessa esfera deve existir preliminarmente uma coleta de dados, para aquisição de conhecimento situacional, este levantamento tem por empenho verificar as principais características dos documentos de arquivo e as conexões que mantém com o seu produtor, seja na etapa de produção ou de acumulação. Segundo Rodrigues (2008) “A fase de levantamento de dados é o estágio inicial da elaboração de um diagnóstico, etapa do processo de montagem de um projeto de arquivo. [...] é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental”. (RODRIGUES, 2008, p. 21-22). Ainda segundo a autora trata-se de uma metodologia como tarefa preliminar e necessária às funções arquivísticas.

No cerne dos princípios arquivísticos, Abellás (2012, p. 77) ressalta dois deles, fundamentais para a organização de arquivos pessoais o princípio da proveniência e o princípio de respeito à ordem original.

O princípio da proveniência defende que “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136). Segundo Duchein (1986, p. 7) nos países de língua germânica a expressão equivalente é princípio de ‘respeito dos Fundos’ sendo Fundo definido como um conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Já o respeito à ordem original refere-se ao “princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.

137) sendo assim os documentos de um mesmo produtor devem ser agrupados respeitando o andamento das ações pelas quais foram produzidos ou recebidos.

Ao oposto dos arquivos institucionais, os arquivos pessoais não possuem uma lógica de acumulação, como salienta Silva e Santos (2012, p. 7) “Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada” dessa forma torna-se um desafio metodológico para o profissional realizar o tratamento desses arquivos.

Segundo Paulo Roberto Elian dos Santos (2012, p. 38) tanto nos arquivos institucionais quanto nos arquivos pessoais o tratamento arquivístico deve estar atrelado ao investimento em pesquisas sobre as instituições, as pessoas e suas ações. O autor enfatiza que o “o conhecimento biográfico do titular e dos elementos de constituição de seu arquivo é fundamental na metodologia de tratamento dos arquivos pessoais” (SANTOS, 2012, p. 39). Oliveira (2014, p. 68) também defende a necessidade de conhecer, profundamente, os arquivos custodiados para que estrategicamente seja possível difundir, e ampliar o uso dos mesmos.

Camargo e Goulart (2007, p. 35-36) defendem a necessidade dos arquivos pessoais serem tratados como conjuntos indissociáveis. Segundo as autoras a contextualização é “a operação-chave da metodologia arquivística”, através do conhecimento dos nexos entre os diferentes itens, suas atividades e funções é possível manter ou reconstruir a organicidade da documentação.

Nesse sentido, a priori do tratamento arquivístico corresponde ao processo de identificação do conjunto documental, processo esse “[...] fundamental para organização do arquivo no que se refere à classificação e descrição do arquivo como um todo, fornecendo elementos para se compreender a organicidade de seu contexto”. (FABEN; SILVA, 2016, p. 599). Para Ana Célia Rodrigues (2008) a identificação refere-se a uma tarefa de pesquisa de cunho intelectual que versa sobre o documento de arquivo e o seu produtor. Paulo Roberto Elian Santos (2008, p. 27) enfatiza que a atividade de identificação é um “processo de avaliação capaz de conferir sentido pleno ao arquivo e a esta função arquivística”.

A identificação dos tipos documentais segundo Camargo e Goulart (2007, p. 65) é a operação arquivística mais importante, que corresponde a “dar nome aos documentos, identificando-os a partir da espécie ou do tipo”. Para Silva e Trancoso (2014, p. 36) quanto maior for o conhecimento sobre os documentos, mais aprimorada será a contextualização da produção documental.

Conforme Camargo (2012, p. 7) “[...] os arquivos são extensões das entidades ou pessoas que os acumulam; e que têm no contexto, e não no conteúdo, o mais importante elemento para sua classificação”. Dessa maneira a partir do levantamento dos dados durante o processo de identificação do contexto em que o arquivo foi produzido, levando em consideração trajetória de vida de seu produtor, e durante a identificação dos próprios documentos do arquivo pessoal é que se torna tangível a elaboração do Quadro de Arranjo para categorizar as funções e atividades dos documentos.

Segundo Charpy (1979 apud BELLOTTO, 2006, p. 139) o arranjo é uma tarefa intelectual e material “[...] deve se organizar os documentos uns em relação aos outros; as séries, umas em relação às outras; os fundos, uns em relação aos outros; dar número de identificação aos documentos; coloca-los em pastas [...]; ordena-los nas estantes”. Por essa razão a tarefa intelectual e a tarefa material são cruciais para a visibilidade do arquivo e seu contexto, na medida em que os documentos são separados para serem agrupados em séries e subséries, de acordo com quadro de arranjo, elaborado, e ordenados fisicamente.

A partir da efetivação do processo de arranjo, encaminha-se para o processo de descrição. Para Oliveira (2012, p. 16) a descrição arquivística é a representação do arquivo através de estudos de métodos e metodologias no âmbito da Arquivologia, produzida pelo arquivista com o intuito de produzir conhecimento e acesso aos arquivos. “Ao descrever os documentos o arquivista simplesmente o faz em relação a unidade que foram fixadas durante o seu arranjo”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 21). Bellotto (2006, p. 179) afirma que o processo de descrever os documentos versa a elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem que os dados contidos nas séries e/ ou unidades documentais sejam identificados, rastreados, localizados e utilizados pelos pesquisadores.

De acordo com Schellenberg (2006, p. 316) “Os papéis privados devem ser descritos da melhor maneira possível, de forma a facilitar seu uso” os arquivos pessoais possuem diferentes valores e conseqüentemente diferentes usos por esse motivo o processo de descrição influencia na produção de conhecimento sobre o arquivo e na recuperação dos documentos devendo representar as demandas das instituições custodiadoras, para tanto é indicado o uso de normas específicas, para facilitar o acesso.

Nos últimos anos, estudos foram desenvolvidos para a criação de normas de descrição arquivística com o propósito de obter padronização de procedimentos, capazes de promover intercâmbio, nacional e internacional, de informações entre distintos sistemas arquivísticos. Na década de 1980 os estudos ganharam força a partir do amparo do Conselho Internacional de

Arquivos (CIA) que garante que “O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.11).

Em 1994, o CIA publicou o primeiro trabalho consolidado, a norma internacional denominada de Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)). “Esta norma contém regras gerais para descrição arquivística que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.11). Para adaptar a norma internacional à realidade brasileira, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) por meio da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) publicou no ano de 2006, a versão preliminar da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRAD). A NOBRAD estabelece diretrizes para descrição de documentos arquivísticos, do Brasil, e tem por objetivo promover o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

Segundo Bellotto (2006, p. 183) “só a descrição assim normalizada atingirá a desejada normalização universal e terá todas as condições para ser feita facilmente, de modo informatizado e uniforme”. A padronização da descrição é peça chave para a qualidade do tratamento técnico, realizado pelas entidades custodiadoras, e também para os pesquisador por proporcionar o uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação (CONARQ, 2006, p. 10).

Uma vez organizado e descrito o arquivo, o próximo passo é assegurar a difusão e o acesso ao conjunto documental por meio de instrumentos de pesquisa. Podem ser definidos como instrumentos de pesquisa, as ferramentas utilizadas para orientar usuários, tanto internos quanto externos, sobre a consulta e as informações a respeito da instituição arquivística e seu conjunto documental. De acordo com a definição do Dicionário brasileiro de terminologia arquivística o instrumento de pesquisa é o “Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108). Nesse sentido, os instrumentos de pesquisa apresentam-se na forma de guias, inventários, catálogos e índices.

Fica claro o quão importante é o tratamento documental nos arquivos, no cerne dos arquivos pessoais às atividades tornam-se ainda mais minuciosas devido a grande exigência de contextualização dos documentos, do seu produtor e das atividades que deram origem aos documentos. O objetivo fim do tratamento técnico pode ser dizer que é promover o acesso aos conjuntos documentais seja por usuários internos ou externos.

Capítulo II – Arquivos pessoais: como fonte de pesquisa e perpetuação da memória de seus produtores

Os arquivos pessoais são entendidos como um conjunto de documentos, de origem privada, acumulados por uma pessoa física ao longo de sua vida em decorrência das suas atividades em sociedade. Para Oliveira (2012, p. 33) os documentos produzidos ou recebidos, mantidos por uma pessoa física, independentemente da sua forma ou suporte representam a vida do seu produtor bem como suas relações pessoais ou profissionais. Santos (2012, p. 21) afirma que ao representarem uma parcela da memória coletiva, os arquivos pessoais colaboram ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental além de contribuírem com o entendimento das sociedades modernas. “Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade” (SANTOS, 2012, p. 21) ainda segundo o autor os arquivos pessoais são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida sem objetivo histórico ou cultural, porém adquirem valor testemunhal se lhes atribuído significado social e cultural.

Para Rodrigues (2015, p. 3) um arquivo pessoal carrega o cerne do seu produtor, através do acúmulo de documentos, obras e objetos é que passamos a conhecer a sua trajetória. Artières (1998), trás a ideia do arquivamento da própria vida, o historiador afirma que “arquivamento do eu” é uma prática de construção de si mesmo na qual se contrapõe à imagem social a imagem íntima do produtor.

Nesse percurso, vê-se que cada arquivo pessoal é único. Segundo Oliveira (2014) a relevância dos mesmos está em evidenciar as transformações sociais e a vida em sociedade em toda a sua diversidade. Almeida (2009, p. 34) afirma que paralelamente à busca do que é exclusivo e único, no âmbito dos arquivos pessoais, existem estudiosos atentos às regularidades e padrões, representados principalmente nos documentos que expressam as relações do indivíduo com o Estado e a sociedade. Para a autora “[...] por força de sua extrema valorização para a pesquisa, muitos documentos ganharam o estatuto de acontecimento, com historicidade própria, transitando da condição de fonte para a de objeto de pesquisa” (ALMEIDA, 2009, p. 34).

Segundo Cunha e Philippi (2011) como fonte historiográfica, um acervo pessoal se materializa como um produtivo campo de pesquisas e intervenções que auxilia e muito a prática do historiador do presente, capaz de manter viva a memória de determinado colecionador. Conforme Heymann (2009), os arquivos pessoais são vistos como repositórios

de documentos que passaram a ser valorizados como fontes de pesquisa que permitem estudos sobre a vida privada de indivíduos, suas motivações e visões do mundo.

Os estudos referentes aos arquivos pessoais enquanto universo de pesquisas é considerado recente, somente a partir da segunda metade do século XX há maior ocorrência de estudos relacionados aos acervos pessoais. Para Duarte (2013, p. 14) essa pode ser “uma das causas para tantas incertezas sobre este objeto”, principalmente no que tange seu tratamento. No entanto, para que um arquivo pessoal admita qualidades de fonte histórica ou informacional é necessário ser custodiado por uma instituição, capaz de promover acesso ao mesmo. Nesse sentido, Heymann (1997, p. 48) afirma que “um arquivo fica disponível como fonte de pesquisa depois de passar do domínio privado ao público”.

Segundo Schellenberg (2006, p. 41), considera-se que para serem arquivos, os documentos necessariamente devem ter sido produzidos ou acumulados para um propósito e possuírem valor para outros fins que não para os quais foram produzidos ou acumulados. Nesse sentido, os arquivos pessoais são arquivos, são gerados a partir das atividades de indivíduos e tornam-se relevantes fontes de informação, para diferentes áreas do conhecimento, por representarem as relações e experiências tanto da vida profissional quanto pessoal dos seus produtores, possibilitando traçar a trajetória dos mesmos, além de servirem como testemunho de um passado.

A institucionalização dos arquivos pessoais é o caminho para a valorização e disseminação do conjunto documental do arquivo, através desse processo busca-se a preservação da herança documental produzido no âmbito privado. Nessa perspectiva, no momento que os arquivos pessoais passam a ser custodiados por instituições, os mesmos são “transformados em monumentos e patrimonializados no cenário histórico e cultural coletivo” (DUARTE, 2013, p. 202). Conforme afirma Lisboa (2012, p. 12) os doadores de arquivos almejam nas instituições públicas, criadas para proteger e socializar os arquivos, “o meio de marcar a atuação científica e acadêmica dos titulares dos arquivos, garantindo a perpetuação desses agentes no cenário nacional”.

Segundo Rodrigues (2015, p. 2) os arquivos pessoais estão ligados diretamente a Memória, por rememorem a trajetória de um indivíduo ao preservarem a sua história, suas alegrias e suas tristezas. Ainda segundo Rodrigues (2015, p. 4) “[...] a memória individual de vida passa a ser uma memória coletiva” na medida em que outras pessoas tenham acesso às lembranças dos indivíduos.

A memória é definida por Izquierdo (2006, p. 6) como “a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações”. De acordo com o autor “somos aquilo que recordamos”, mas também “somos o que resolvemos esquecer” e nesse processo “O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, mas também nos permitem projetar rumo ao futuro, isto é, nos dizem que queremos ser” (IZQUIERDO, 2006, p. 6). Le Goff (2003, p. 419) corrobora com a definição de Izquierdo (2006) ao apresentar a memória como propriedade de conservar certas informações que em primeiro lugar nos remetem a um conjunto de funções psíquicas, tornando o homem capaz de atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele concebe como passado.

Nesse sentido Pollak (1992) trata a memória como um fenômeno construído social e individualmente, que podem sofrerem intervenções tanto conscientes como inconscientes e que quando herdada o autor afirma existir o que ele chama de ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade, ou seja, a imagem que uma pessoa constrói e apresenta aos outros e a si própria “[...] para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 205). Como enfatiza Abellás (2012, p. 76) os produtores por meio da acumulação de seus documentos constroem uma memória que o autor denomina como uma memória ‘desejada’.

Diante dessa abordagem Oliveira (2012) destaca que os arquivos pessoais e familiares começaram a receber destaque quando passaram a ser entendidos como “patrimônio preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro de história da memória da nação” (OLIVEIRA, 2012, p. 31).

Como bem observa Funari e Pelegrini (2006, p. 8) “O que para uns é patrimônio para outros não é” e no que tange os arquivos pessoais enquanto patrimônio, Duarte (2013, p. 22) corrobora esse pensamento ao afirmar que qualquer pessoa acumula um arquivo pessoal, ao longo dos anos da sua vida, porém não é qualquer arquivo pessoal que desperta interesse, dessa forma, faz-se necessário levar em consideração a relação entre indivíduo e sociedade identificando suas potencialidades em vista de agregar valor social e cultural ao seu conjunto documental.

Considerações Finais

Em suma, diante do objetivo geral dessa pesquisa, que pautou-se em realizar uma reflexão interdisciplinar, correlacionando as contribuições da Arquivologia e da Biblioteconomia para as práticas de tratamento, difusão e acesso de acervos pessoais de modo que sirva como fonte de pesquisa para a mais ampla comunidade de usuário bem como para perpetuar a memória de seus produtores, e considerando os resultados atingidos até o presente momento, pode-se entender que os arquivos pessoais são arquivos e colaboram para a salvaguarda do patrimônio documental. Os arquivos pessoais consolidando-se como um produtivo campo de pesquisa, são únicos e tornam-se relevantes fontes de informação para diferentes áreas do conhecimento.

Percebendo que a principal finalidade do tratamento de um arquivo é torná-lo acessível à pesquisa na pesquisa empreendida foi proposto a reconstrução do Fundo Judith Cortesão aplicando métodos interdisciplinares. Nesse sentido, primeiramente foi preciso mapear e identificar a situação do conjunto documental em estudo, foi necessário reunir informações sobre o processo de doação para sanar quaisquer que fossem as dúvidas em relação à custódia da FURG sobre o acervo pessoal da professora.

A partir do mapeamento do cenário do acervo pessoal da professora Judith Cortesão, pensando na consecução do tratamento total, na disponibilização do acervo pessoal da Judith Cortesão, entendendo e respeitando as peculiaridades do acervo, foi possível estabelecer uma parceria técnica entre duas unidades da FURG, o Sistema de Bibliotecas - SiB e o Arquivo Geral para a reconstrução do Fundo documental Judith Cortesão.

Dessa forma, empreendeu-se uma metodologia para traçar um breve histórico sobre a trajetória de vida familiar, social e profissional, da professora Judith Cortesão capaz de identificar a cronologia das atividades, funções e cargos desempenhados pela professora, bem como realizar o mapeamento dos tipos documentais existentes com vistas à contextualização da relação entre o registro documental e a atividade que lhe deu origem permitindo assim o entendimento dos nexos do arquivo.

A pesquisa empreendida visa sim disponibilizar e proporcionar visibilidade a todo o conjunto documental doado para FURG possibilitando que lhe seja atribuído outros valores, além do valor que culminou em sua origem.

Referências

ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 75-88.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 162-185, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737/2807>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações institucionais e teóricas. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n31p110/17765>>. Acesso em: 07 fev. 2017.>. Acesso em: 11 abr. 2017.
ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
_____. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos, PHILIPPI, Carolina Cechella. Uma biblioteca sem ordem: Figurações em torno do acervo de livros de um intelectual do século XX. In: RAMOS, Francisco Régis L.; SILVA Filho, Antônio Luiz (Org.). **Cultura e Memória: Os usos do passado na escrita da História**. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural – UFC/ Instituto Frei Tito Alencar, 2011. p. 302- 315.

DUARTE, Renato Crivelli. **A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO**. 2013. 222 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93682>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, abr. 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000011453/4e2ab3e173f0f009be510a58102bb05b>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/279>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

FABEN, Alexandre; SIVA, Maria Celina Soares de Mello e. Instrumento científico como documento de arquivo pessoal institucionalizado: organicidade e identificação tipológica no arquivo Helmut Sick. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO DE C&T, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins. Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_03/33%20%2034%20IVSPCT%20_FABEN&SILVA_%20-%20Texto%20completo%20_2_.pdf>. Acesso em: 4 jan 2017.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. São Paulo: Artmed, 2006.

JAPIASSU, Hiltom; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 11-19.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Como Fazer, 6).

LÓPEZ GOMÉZ, Pedro. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información**, v. 5, p. 37-43, jan./mar. 1998. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/5068/1/1998-22-37.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

LÓPEZ YEPES, José. Notas acerca del concepto y evolución del documento contemporáneo. In: JORNADAS CIENTÍFICAS SOBRE DOCUMENTACIÓN CONTEMPORÁNEA, 7, 2008, Madrid. **Anais...** Madrid: UCM, 2008. p. 273-279. Disponível em: <<https://www.ucm.es/data/cont/docs/446-2013-08-22-9%20notas.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso: 18 ago. 2016.

RAMOS, José Alimatéia de Aquino. **As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI/UFMG**. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9JLJQ7/tese_atual.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 nov. 2016.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>>. Acesso em: 29 set. 2016.

RODIGUES, Marisa Pires. Nas malhas do arquivo pessoal: o legado artístico de Rossini Perez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa, PB: UFP, 2015. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3033/24.%20NAS%20MALHAS%20DO%20ARQUIVO%20PESSOAL.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; LUZ, Charley dos Santos; AGUIAR, Francisco Lopes. Introdução à organização de arquivos: conceitos arquivísticos para bibliotecários. In: SILVA, José Fernando Modesto; PALETTA, Francisco Carlos. **Tópicos para o ensino de biblioteconomia**. São Paulo: ECA/CBD-USP, 2016. v. 1, p. 100-120. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/textos/002746699.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 21-50. SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Apresentação. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 7-9.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira. **Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. (MAST Colloquia, v. 13). Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SMIT, Johanna W. Arquivologia/biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, jun./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1713/1464>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SOUZA, Terezinha Batista de. O ensino de representação descritiva nos cursos da área de ciência da informação no Brasil e Portugal. In: CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (Org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina: Eduel, 2012. p. 193-231.

TAVARES, Dirce Encarnacion. A interdisciplinaridade na contemporaneidade — qual o sentido? In: FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 135-146.